



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice – Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Gabinete do Vice-Presidente

Email: arquivo@alra.pt

Exmo. Senhor
Chefe do Gabinete de S. Exa a
Presidente da Assembleia
Legislativa da R.A.A.
Rua Marcelino Lima
9901-858 HORTA

Sua referência	Sua Comunicação	Nossa referência	Nº Processo	Ponta Delgada
		Sai-VPG/2013/931/F	83-83/01	23-10-2013

ASSUNTO: OCORRÊNCIAS PATRIMONIAIS LOCALIZADAS NO ESPIGÃO, GROTA DO MEDO E NO MONTE BRASIL, ANGRA DO HEROÍSMO

Encarrega-me S. Exa. Vice-Presidente do Governo de remeter a V. Exa. o «Parecer preliminar da avaliação» produzido pela Comissão Multidisciplinar criada pela Secretaria Regional da Educação, Ciência e Cultura – Direção Regional da Cultura, bem como uma síntese curricular dos membros da mesma Comissão.

Com os melhores cumprimentos, *consideração e estima*

O CHEFE DO GABINETE

Luís Manuel Pereira dos Santos Borrego

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada	3296 Proc. n.º 109
Data: 013/10/24	N.º 2718

Anexo: o indicado
JR/FM

Síntese curricular da Comissão Multidisciplinar Independente para o estudo dos achados arqueológicos do sítio do Espigão e Monte Brasil

Avelino de Freitas de Meneses é Professor Catedrático da Universidade dos Açores, tendo sido seu Reitor entre Julho de 2003 a Julho de 2011. Dirigiu a História dos Açores, o Arquivo dos Açores, a Arquipélago-História, entre outros projetos. Coordenou o vol. VII da *Nova História de Portugal*, dirigida pelos Profs. Doutores Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, bem como o vol. III da *Nova História da Expansão Portuguesa*, coordenado pelo Prof. Doutor Artur Teodoro de Matos. Foi agraciado com a Grã-Cruz da Ordem da Instrução Pública, pela Presidência da República e a Insígnia Autônoma de Reconhecimento, pela Região Autónoma dos Açores.

José Damião Rodrigues é Docente da Universidade dos Açores, do Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais, sendo o coordenador do Núcleo da Universidade dos Açores do Centro de História de Além-Mar (unidade I&D da Fundação para a Ciência e Tecnologia), especialista em História dos Açores e do Atlântico. Tem lecionado na École des Hautes Études en Sciences Sociales (Paris), na Brown University (Nova Iorque), no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, igualmente em Ponta Grossa e em Sevilha.

Maria Isabel Whitton da Terra Soares de Albergaria é Docente da Universidade dos Açores, do Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais. Tem desenvolvido a sua investigação na área da Arte e do Património, particularmente o património paisagístico e arquitetónico, sendo de salientar a investigação em jardins históricos. É membro do ICOMOS (UNESCO) para Paisagens Culturais.

Francisco dos Reis Maduro-Dias foi Diretor do Gabinete da Zona Classificada de Angra do Heroísmo e Diretor do Museu de Angra do Heroísmo. É o Presidente do Instituto Histórico da Ilha Terceira, tendo sido docente convidado na Universidade dos Açores. Foi agraciado com louvores, por parte da Secretaria Regional da Educação e Cultura do Governo Regional dos Açores, e pelo Comando de Transporte Aéreo dos Estados Unidos da América.

João Luís Roque Baptista Gaspar é Docente da Universidade dos Açores. Foi Diretor do Departamento de Geociências da Universidade dos Açores e do Centro de Vulcanologia e Avaliação de Riscos Geológicos (unidade I&D da Fundação para a Ciência e Tecnologia). Foi Diretor Regional da Ciência e Tecnologia no IX Governo Regional dos Açores e Presidente do Fundo Regional da Ciência e Tecnologia, enquanto no X Governo Regional dos Açores exerceu as funções de Diretor Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos. É Diretor Executivo do Centro de Informação e Vigilância Sismovulcânica dos Açores e

coordenador da unidade operacional para a Gestão de Crises e Mecanismos de Resposta a situações de emergência. Foi agraciado com a Ordem de Mérito, pela Presidência da República.

Gabriela Pereira da Silva Queiroz é Docente da Universidade dos Açores. Foi diretora do Departamento de Geociências da Universidade dos Açores, Secretária do Centro de Vulcanologia e Avaliação de Riscos Geológicos e membro do Conselho Geral da Universidade dos Açores e do Conselho Geral da Fundação Gaspar Frutuoso. É Diretora do Centro de Vulcanologia e Avaliação de Riscos Geológicos (unidade I&D da Fundação para a Ciência e Tecnologia).

Ana Isabel Mendes Morais Gomes é Técnica Superior no Centro de Informação e Vigilância Sismovulcânica dos Açores (CIVISA) e membro do Centro de Vulcanologia e Avaliação de Riscos Geológicos da Universidade dos Açores. É autora de diversos artigos científicos publicados em revistas internacionais e nacionais da especialidade, sendo uma das editoras do portal do Centro de Vulcanologia e Avaliação de Riscos Geológicos da Universidade dos Açores.

Angus Duncan é Diretor de Investigação da University of Bedfordshire. As suas áreas de investigação situam-se no âmbito da vulcanoestratigrafia e do estudo de depósitos vulcânicos associados a erupções explosivas e efusivas. É autor de inúmeros trabalhos científicos publicados em revistas internacionais da especialidade e co-autor de diversos livros, entre os quais, "Mount Etna Anatomy of a volcano" e "Volcanoes of Southern Italy". É co-autor do Mapa Geológico do Monte Etna, publicou diversos trabalhos sobre os vulcões Roccamonfina, Vulture e Vesúvio, no sul de Itália. Recentemente tem trabalhado nos vulcões das ilhas dos Açores e no Vulcão Arenal, na Costa Rica.

Cláudio Torres é o fundador e Diretor do Campo Arqueológico de Mértola, fundador e Diretor da revista "Arqueologia Medieval", Doutor "honoris causa" pela Universidade de Évora, Prémio Pessoa, Membro do Conselho Consultivo do Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico, antigo docente na Universidade Clássica de Lisboa, bem como antigo diretor do Parque Natural do Vale do Guadiana e Presidente da Comissão Nacional Portuguesa dos Monumentos e Sítios – ICOMOS, Representante de Portugal no Comité do Património Mundial da UNESCO. Atualmente é o Coordenador Nacional da Rede Portuguesa da Fundação Anna Lindh.

Raquel Maria da Rosa Vilaça é Docente do Departamento de História, Arqueologia e Artes (DHAA) da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. É membro do Conselho Científico do Instituto de Investigação Interdisciplinar e é coordenadora do curso de Doutoramento (3.º

ciclo) em Arqueologia. Foi Diretora do Instituto de Arqueologia e Diretora da Revista *Conimbriga*. É professora convidada no “*Master Internazionale su Archeologia e Storia del Mediterraneo – Il livello*”, da Università degli Studi di Sassari, em Itália. É investigadora do Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto (unidade I&D da Fundação para a Ciência e Tecnologia), sendo reputada especialista nas áreas da Idade do Bronze e da Idade do Ferro no contexto peninsular. Foi agraciada com o Prémio Gulbenkian de Arqueologia.

Rui Jorge Zacarias Parreira é Diretor de Serviços dos Bens Culturais da Direção Regional de Cultura do Algarve. Foi docente convidado da Universidade do Algarve, na licenciatura em Património Cultural e no mestrado em Gestão Cultural e foi Diretor de Serviços da Fortaleza de Sagres. Dirige um projeto de pesquisa na área arqueológica de Alcalar (Portimão), sobre a ocupação do território durante o IV e III milénios a.C. (Neolítico final e Calcolítico). Tem realizado estudos de materiais de coleções pré e proto-históricas, nomeadamente da coleção de ourivesaria antiga do Museu Nacional de Arqueologia, participando na preparação do respetivo catálogo e publicando os achados do Calcolítico ao Bronze Final.

Ana Catarina Sousa é Docente do Departamento de História, Faculdade de Letras de Lisboa, foi Subdiretora do Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico, bem como da Direção Geral do Património Cultural até ao corrente ano. É membro da *European Archaeological Association*. Foi bolsista da *The Archaeology of Portugal Fellowship* atribuída pelo American Archaeological Institute, da Fundação Calouste Gulbenkian e da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, sendo especialista reconhecida nos períodos que medeiam do Neolítico à Idade do Bronze.

Ana Margarida Arruda é Docente do Departamento de História, Faculdade de Letras de Lisboa. É membro fundador do *Centro de Estudios Fenicios y Punicos*, de Madrid, membro da Comissão Científica da *Sociedad de Estudios de la Cerámica Antigua en Hispania*, membro do Comité Internacional para os Estudos Fenícios e Púnicos, onde representa Portugal, sediado na *Accademia Nazionale dei Lincei*, Roma, bem como é a representante de Portugal na Comissão permanente da *Union Académique Internationale* para o *Corpus des Antiquités Phéniciennes et Puniqes*. Foi nomeada membro do Júri de Seleção e Avaliação dos projetos apresentados a concurso no âmbito do Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos promovido pelo Instituto Português de Arqueologia, por despacho ministerial, bem como membro da Comissão de avaliação dos contratos de investigação dos programas Ramón y Cajal e Juan de la Cierva, nomeada pela Agencia Nacional de Evaluación y Prospectiva (Ministerio de Educación y Ciencia, Madrid, Espanha). Foi agraciada com o Prémio Gulbenkian de Arqueologia.

PARECER PRELIMINAR DA COMISSÃO DE ESPECIALISTAS

I - OBJECTIVO

A presente Comissão foi constituída pelo Governo Regional dos Açores, através da Direcção Regional da Cultura (DRaC), para apresentar um parecer cientificamente fundamentado sobre as ocorrências patrimoniais recentemente identificadas no Espigão / Grotta do Medo e no Monte Brasil, na ilha Terceira, e na ilha do Corvo.

Este parecer visa um aconselhamento sobre as estratégias, metodologias e acções eventualmente necessárias, a desenvolver no futuro.

II - CARACTERIZAÇÃO

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

A Direcção Regional da Cultura (DRaC) forneceu a cada um dos elementos da Comissão uma compilação exaustiva de todas as informações técnicas, pareceres, requerimentos e recortes de imprensa relativos às ocorrências atrás mencionadas.

A Comissão efectuou missões ao Monte Brasil e ao sítio do Espigão / Grotta do Medo, tendo sido complementarmente realizada observação às curraletas da Mata da Serreta, às relheiras de São Brás e à costa das Quatro Ribeiras, de acordo com o programa definido pela DRaC. Foi ainda efectuada a análise visual da rocha recolhida nas Quatro Ribeiras, actualmente depositada no edifício da Divisão do Património Móvel, Imaterial e Arqueológico (DPMIA). A missão à ilha do Corvo foi protelada para data a determinar.

2 - ESPIGÃO / GROTA DO MEDO

O sítio do Espigão / Grotta do Medo desenvolve-se no flanco Sudoeste do Maciço Guilherme Moniz, dominando o extenso vale de Linhares, que se estende no seu sopé.

Sob o ponto de vista geológico, este lugar situa-se numa zona caracterizada pela existência de domos e escoadas lávicas de natureza traquítica (s.l.), associados à actividade do vulcão Guilherme Moniz, cuja génese se encontra datada de há mais de 180 mil anos.

As lavas traquíticas têm viscosidades elevadas, pelo que se caracterizam por apresentar grandes espessuras e uma estrutura interna marcada pelo desenvolvimento de disjunção laminar, incluindo horizontes vesiculares. A disjunção laminar é definida por planos (a) quer horizontais ou subhorizontais, paralelos à superfície de escoamento, em resultado das diferentes velocidades evidenciadas pelos vários níveis de fluxo; (b) quer arqueados no sentido do topo da escoada, fruto da diferença de velocidades entre a frente e o corpo de cada unidade de fluxo. Numa fase

Handwritten notes and signatures on the right margin:

- Top: "M¹"
- Below: "J" and "A" with a checkmark
- Below: "Lul"
- Below: "DRaC"
- Below: "DAU"
- Below: "A)" and "D"
- Below: "B"
- Below: "H"
- Below: "D. J. J. J."
- Bottom: "i f m"

posterior, logo após a sua implantação, o processo de arrefecimento gradual das escoadas conduz à formação de fracturas verticais a subverticais.

A actuação dos processos de erosão nas escoadas lávicas traquíticas faz-se, preferencialmente, pelas fracturas de arrefecimento e pelos principais planos de disjunção laminar, e vai acentuando a perda de unidade das escoadas que, ao longo do tempo, tendem para estruturas desagregadas, formadas por blocos soltos e, em casos extremos, esferoidais.

A desagregação das escoadas lávicas traquíticas aumenta a sua susceptibilidade à ocorrência de movimentos de massa que, no caso vertente, se traduzem pela queda e pelo rolamento de blocos até atingirem uma posição de estabilidade, formando depósitos detriticos.

Historicamente, este sítio integra-se numa área que, nos séculos XVII e XVIII, fazia parte de uma vasta "matta grande tapada e aparedada que dizem ter quinze moyos", que incluía a já então chamada Quinta da Pateira, e era propriedade dos Jesuítas da ilha do Faial. Este conjunto de propriedades fora-lhes doado pelo capitão Francisco Dutra de Quadros por testamento de 15 de Fevereiro de 1644, aprovado a 8 de Junho de 1645, e administrado pelos Jesuítas da Terceira até à sua expulsão do reino. De acordo com a *Topographia da Ilha Terceira*, do padre Jerónimo Emiliano de Andrade, na sua segunda edição (1891), revista por Manuel Vieira Mendes da Silva, a Quinta da Pateira pertencia então a Carlos Augusto Portugal Ribeiro (1821-1894).

Nas missões efectuadas no terreno, foram observadas, em vários blocos traquíticos dispersos, incisões de secção rectangular feitas a guilho, que correspondem ao processo de corte da pedra, como, aliás, é tradicionalmente reconhecido. Tais incisões aproveitam os planos de disjunção laminar acima descritos.

As diferentes depressões, de dimensões e formas variáveis, encontradas em muitas secções da escoada lávica traquítica e em alguns dos blocos a ela pertencentes correspondem a vesículas primárias e reflectem o processo de desgaseificação natural das lavas.

No topo e no flanco Este da estrutura traquítica da Grota do Medo / Espigão foi inscrita acção antrópica pontual, datável claramente das épocas moderna e contemporânea, que integra uma unidade paisagística construída, interpretada genericamente como Jardim Romântico.

Ao longo da estrutura vulcânica encontra-se diversos blocos traquíticos soltos e distribuídos aleatoriamente sobre um solo argiloso, em muitos locais bem preservado. Alguns destes blocos, por vezes, com fractura de impacto, assentam de forma discordante uns sobre os outros, formando cavidades naturais. É o que acontece no segmento da Fonte dos Pombos, onde, numa extensa faixa de material remobilizado, se identificam cavidades deste tipo.

No topo da estrutura traquítica observa-se igualmente algumas cavidades, neste caso, maioritariamente constituídas por blocos que se encontram na sua posição original, ou sofreram pequenos deslocamentos.

Handwritten notes and signatures on the left margin, including the name "A. C. Silva" and other illegible markings.

Estas unidades foram sujeitas a acções antrópicas pontuais, nomeadamente através da colocação de muretes de pedra seca que preencheram os vãos entre os blocos, da aplicação de reboco, da colocação de lajes verticais e de lintéis.

Em algumas destas cavidades adaptadas a abrigo, sobretudo nas que se localizam na encosta, regista-se a presença de construções mais elaboradas, como bancos de pedra e tanques para recolha de água, com vestígios de revestimento de argamassa que incorpora conchas (embrechados).

Ao longo da cumeada, e debruçadas sobre a escarpa, situam-se duas edificações em pedra insossa, de planta rectangular e parede com esbarro, com cerca de 4 m de altura. Ambas têm acesso ao topo por um lanço de escada a eixo. Trata-se de construções maciças, de pedra relativamente aparelhada, uma das quais de grande aparelho e com aplicação de argamassa tradicional nos cunhais e no rebordo superior. Estas estruturas são comuns na arquitectura das "quintas da laranja" a partir do século XVIII, sendo vulgarmente conhecidas como mirantes. Tinham funções várias, incluindo usos lúdicos e recreativos.

Junto a um destes mirantes, localizam-se covachos de origem antrópica, de forma subrectangular e subcircular, abertos na rocha, que provavelmente lhe são coevos.

Em toda a vertente foram traçadas escadarias e erguidos muros de suporte que criam plataformas e dirigem o visitante ao longo de percursos orientados. Estes caminhos, de sentido ascendente, conduzem a diversos sítios de estar. Destaca-se o banco talhado na rocha de recorte curvilíneo, a «Gruta de Camões» (que integra a «Fonte de Castalia»), a «Fonte dos Pombos» e o «Penedo de São Pedro», designações inscritas na rocha em letras capitulares que a epigrafia permite datar dos séculos XIX e XX.

Sobre uma rocha que apresenta arestas vivas - o que evidencia a fractura em época moderno-contemporânea - observa-se dois pequenos círculos concêntricos, incisos com instrumento metálico, técnica similar à que foi utilizada nas inscrições acima mencionadas.

Numa das plataformas inferiores, jazem pilaretes incompletos de ângulos facetados, um dos quais conserva ainda vestígios de argamassa de revestimento, onde estão incrustados fragmentos de faiança e loiça esmaltada datáveis do século XIX.

3. MONTE BRASIL

Sob o ponto de vista geológico, o Monte Brasil corresponde a um cone de tufos formado no decorrer de uma erupção basáltica de natureza submarina. Neste contexto, a estrutura interna deste centro vulcânico, que apresenta cerca de 200 metros de altura acima do nível do mar, é fundamentalmente marcada pela sobreposição de níveis de piroclastos basálticos submarinos com espessuras variáveis, métricas a subcentimétricas, formando um tufo palagonítico litificado.

M

L
A

A

Cul

Cast

PAC

M)

P

P

S

M

Historicamente, já em finais do século XVI (c. 1590), o Monte Brasil estava ocupado por uma quinta particular pertencente a Manuel do Rego da Silveira e por algumas fortificações na sua linha de costa, nomeadamente São Benedito e Santo António, voltados a Angra, e São Diogo, voltado à baía do Fanal. Na viragem do século XVI para o século XVII, foi iniciada a construção do sistema fortificado que veio a constituir aquela que é a fortaleza de São Filipe / São João Baptista do Monte Brasil. Os caminhos de acesso aos Picos do Facho, das Cruzinhas, e do Zimbreiro, bem como à Caldeira e aos fortes costeiros, foram abertos no contexto desta fortificação, conforme cartografia conhecida e publicada. Nos séculos XIX e XX, a zona do forte de São Diogo sofreu obras de modificação, sendo ali construídas baterias da época liberal. Por sua vez, no contexto da Segunda Guerra Mundial, foram erguidas estruturas de apoio a baterias anti-aéreas, de referenciação e de protecção, que envolvem o Pico das Cruzinhas e o Pico do Facho.

No Pico do Facho, regista-se a presença da antiga casa do facheiro, bem como o posto semafórico, função iniciada no século XVI e continuada até ao século XX. A associação das construções militares mencionadas a estruturas escavadas na rocha de morfologia variável (canais, depressões de forma rectangular) evidencia a instalação de armações complexas de madeira relacionadas com os mecanismos de funcionamento do semáforo e dispositivos complementares. Paralelamente, conforme referido, são também visíveis plataformas de instalação de metralhadoras anti-aéreas e estruturas de apoio à guarnição militar, inequivocamente da Segunda Guerra Mundial.

Em vários pontos do Pico do Zimbreiro foram observadas cavidades artificiais abertas frontalmente na rocha a partir do nível de terreno adjacente, o que inviabiliza qualquer acesso vertical. Apresentam marcas de picão, não possuem qualquer sedimento no seu interior e implantam-se junto aos percursos previamente referidos.

Duas, no acesso da Caldeira e «Caminho das Belas-donas», apresentam bancos ao longo da parede interna. No caminho de ronda da cortina de S. Diogo, na sua extrema, duas outras cavidades registam características que evidenciam uma função de captação e armazenamento de água, nomeadamente canais, canaletas e pias talhados nas paredes e na base, bem como um reservatório com escadaria de acesso e vestígios de reboco. A existência de pequenas fontes de água já é referenciada em cartografia seiscentista, o que reforça a interpretação quanto à sua funcionalidade.

Todos estes elementos contribuem para validar uma cronologia não anterior ao século XVI para a totalidade das estruturas do Monte Brasil.

III – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Na sequência dos trabalhos de campo, gabinete e arquivo efectuados, a Comissão considera que:

Handwritten notes and signatures on the left margin, including the name 'Anast.' and several illegible signatures.

1. Sob o ponto de vista geológico, todas as estruturas e formas observadas no lugar do Espigão / Grotta do Medo podem ser explicadas por um processo natural, primário ou secundário;
2. Em termos histórico-arqueológicos, nenhuma das construções observadas nos diferentes locais visitados evidencia uma datação anterior ao povoamento quatrocentista dos Açores;
3. Não foram observados quaisquer indícios de pré-existências às construções anteriormente referenciadas;
4. Os dados arquivísticos recolhidos, associados à observação de terreno, validam cronologias e funcionalidades de natureza militar no Monte Brasil (séculos XVI-XX) e usos lúdicos na Quinta da Pateira, essencialmente no século XIX;
5. A área do Espigão e a sua envolvente foram também usadas como local de extracção de pedra por métodos tradicionais;

Em face do exposto:

6. Entende-se que não é adequada, nem aconselhável, uma abordagem de natureza arqueológica que recorra a métodos de diagnóstico intrusivo para estabelecer a datação das ocorrências identificadas;
7. Relativamente ao sítio do Espigão / Grotta do Medo, a Comissão reconhece a sua relevante valia em termos patrimoniais e, eventualmente, como recurso turístico, assim como a sua importância social como testemunho de vivências das épocas moderna e contemporânea, pelo que estes testemunhos devem ser protegidos, designadamente através de uma eventual classificação;
8. Caso se equacione a sua valorização, tem que ser garantido o seu estudo prévio, nomeadamente através de levantamento topográfico rigoroso, da realização de estudos especializados nos domínios da História Contemporânea e da História da Arte, mediante um projeto de reabilitação elaborado por arquitecto paisagista;
9. Os «artefactos e objectos», eventualmente recolhidos em acções não autorizadas pela tutela e mencionados nos meios de comunicação social, devem ser depositados na DRaC, de acordo com a legislação em vigor;
10. Relativamente aos vestígios e construções observadas no Monte Brasil, a Comissão reconhece o seu interesse no contexto do património militar regional.

Para finalizar, a Comissão agradece o apoio logístico e as condições proporcionadas pela Direção Regional para o desenvolvimento dos trabalhos e sublinha o facto do cruzamento de saberes diferenciados ter possibilitado uma visão integrada de um património que vem suscitando um acrescido interesse por parte da comunidade.

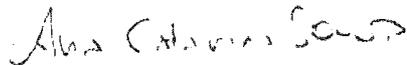
Angra do Heroísmo, 19 de Outubro de 2013

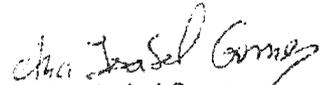
M
ky
↑
ap
Ch. 124
DRaC
AJ
EV
CS
JO
DRaC
DRaC

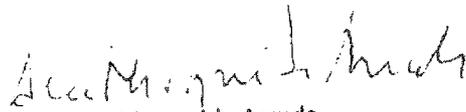
A Comissão


Cláudio Torres

W
A
Isabel
G

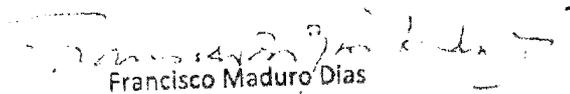

Ana Catarina Sousa


Ana Isabel Gomes


Ana Margarida Arruda


Angus Duncan


Avelino Meneses


Francisco Maduro Dias


Gabriela Queirós

Isabel Albergaria,


João Luís Gaspar

João Luís Gaspar,

José Damião

José Damião

Raquel Vilaça

Raquel Vilaça

Rui Parreira

Rui Parreira

AM
